

ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA UEPB: UM ESTUDO A PARTIR DO CURSO DE PSICOLOGIA

Laércia Maria Bertulino de Medeiros

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

laerciamedeiros@hotmail.com

Carolina Cavalcanti Bezerra

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

carol.cavalcanti.bezerra@gmail.com

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo principal analisar o conteúdo sobre o processo de Construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Psicologia. Para tanto, buscou-se investigar como se deu o processo de produção de discurso do PPC. Teve-se como base teórica a Teoria Crítica do Currículo abordada principalmente por Silva (2001). A pesquisa é qualitativa e teve como método a Técnica de Análise de Conteúdo (AC). Como resultados pode-se inferir que a participação de uma discussão e decisões foram protagonizadas pelas vozes dos docentes e de poucos estudantes. As enunciações e segmentos discursivos explicita uma superficialização de uma base teórica definida. O contexto de produção do PPC foi definido a partir das políticas curriculares nacionais e políticas internas da IES. Pode-se interpretar e inferir que a produção do discurso do PPC de Psicologia da UEPB trouxe no seu conteúdo manifesto pensamentos que referenciam dez anos de discussão no seu corpus discursivo. Considera-se que no contexto de um processo de produção de um PPC dentro de uma comunidade epistêmica houve implicações na apropriação de conhecimentos de um pensar nem sempre pluralizado.

Palavras – chave: Currículo. Projeto Político de Curso. Psicologia. Análise de Conteúdo.

INTRODUÇÃO

Currículo é uma construção social do conhecimento, a sistematização dos meios para que esta se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, isto é, o currículo propriamente dito (VEIGA, 1992).

Moreira e Silva (1994) argumentam que a construção do currículo está implicada em três eixos: ideologia, cultura, poder. O primeiro contempla a discussão sobre a educação que se constitui como um instrumento da perpetuação da classe dominante no poder, sendo assim, a ideologia, segundo os autores, “está relacionada as divisões que organizam a sociedade e as relações de poder que sustentam essas divisões” (MOREIRA, SILVA, p. 23).



Com relação a perspectiva crítica do currículo, os autores fundamentados em Bourdieu (1979) consideram a cultura como um “campo em que tentará impor tanto na definição particular de cultura do grupo dominante quanto ao conteúdo dessa cultura” (MOREIRA, SILVA, 1994, p. 27).

Há várias razões que justificam a pesquisa, dentre elas, a dinâmica mercadológica proposta pelo neoliberalismo que se manifesta nas Instituições de Ensino Superior (IES), através das exigências postas pelas Políticas Públicas para a Educação. No cerne dessa dinâmica o Currículo é considerado um dos instrumentos de avaliação e regulação dos investimentos públicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBDN), promulgada em 1996, ao revogar os Currículos Mínimos, que orientam a organização curricular dos Cursos de Graduação, vinculando a elaboração curricular à avaliação nacional, instituída pela Lei 9.131 de 1995.

Estudar a articulação dessas prováveis rupturas implica e repercute no desenvolvimento profissional e na formação docente, principalmente, na docência do Ensino Superior, pois pensar a relação teoria-prática é procurar reorganizá-la a partir de novas teorias e, supõe o envolvimento e o comprometimento frente a um projeto pedagógico. Para tanto, este estudo propõe-se a analisar o contexto de produção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado em Psicologia, da Universidade Estadual da Paraíba.

METODOLOGIA

Ao definir como objeto de estudo fez-se a opção metodológica que conduziria a uma pesquisa qualitativa. Dessa maneira, “na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 131).

Para o intento da pesquisa a inferência textual teve como foco a análise e interpretação documental no conteúdo do PPC.

A técnica de análise utilizada foi a Técnica de Análise de Conteúdo (AC) proposta por Laurence Bardin (1995, p. 42) em que conceitua a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir da Análise de Conteúdo (AC), a análise categorial temática foi a vertente escolhida, pois implica num conjunto de procedimentos sistematizados de forma a dar segurança ao



pesquisador, possibilitando dentre outras, a comparação entre resultados de diferentes pesquisas. Para tanto, exige-se a definição de procedimentos atribuindo rigor metodológico ao seu processo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados em forma de descrições, categorias temáticas e subcategorias, inferências, interpretações e análises. Como resultados da pesquisa foram definidas categorias e subcategorias que para Bauer e Gaskell (2002) definem-se como características dos textos que implicam juízo humano. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, houve respaldo do *corpus* do documento principal que foi o PPC e seu contexto de produção.

Nesse sentido encontraram-se as seguintes categorias: o contexto de reformulação curricular; ênfases; pressupostos teóricos; metodologia; eixos temáticos; foco da formação; perfil; perspectiva de formação.

Categoria 1: O Contexto da Reformulação Curricular

Para os objetivos delineados neste estudo, pareceu mais adequado analisar os enunciados do PPC (UEPB, no prelo) através de segmentos discursivos. Para tanto, os segmentos apresentam dimensão variada.

Subcategoria 1: Histórico do curso

“O curso de Psicologia da UEPB foi criado em 1977, no âmbito da então Universidade Regional do Nordeste, através da RESOLUÇÃO/URNe/CONSEPE/027/77”(p.5).

“O reconhecimento do curso ocorreu por meio da Portaria Ministerial nº 440 de 25/10/84. [...]” (p.5)

“Ao optar pela Formação de Psicólogo, o aluno escolhia uma das seguintes habilitações: Clínica, Escolar, Organizacional e Social”. (p.5)

“Quanto ao curso de Formação de Psicólogo, [...] seu objetivo era formar psicólogos para atuar em escolas, empresas e/ou organizações, clínicas e/ou hospitais, bem como em comunidades e organizações sociais.” (p.5)

Subcategoria 2: Reformas curriculares



“Em 1988 foi constituída a primeira comissão de reforma curricular [...]”.(p.6)

“Depois desta primeira tentativa, foi criada, em 1995[...] tanto no curso de Formação, como no curso de Licenciatura em Psicologia”.(p.5)

“Em 2005 foram retomadas as discussões acerca do processo de reforma curricular”. (p. 6).

Subcategoria 3: Inovação.

“[...] destaca-se a nova estrutura do curso que, em cumprimento a nova RESOLUÇÃO CNE/CES/5/2011, não mais funcionará através das denominadas áreas tradicionais em Psicologia. (p.7)

“Todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem pautar-se em ênfases curriculares [...]”. (p. 7).

Percebe-se que as condições de produção do discurso do Projeto Pedagógico explicitam e representam o quadro nacional. Apesar de ser uma proposta curricular que busca atender a demandas específicas, é interessante notar que no PPC, o discurso é enunciado de acordo com as Políticas Nacionais para Educação em atendimento a Lei 9394, de 20.12.96 .

Em consonância com a Resolução, as Diretrizes Curriculares da Psicologia no seu Artigo 3º diz que: “O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia [...]” (BRASIL, 2004). Nesse sentido, a divisão da formação em três habilitações foi “abolida” e adotou-se uma terminalidade única, isto é, a de psicólogo.

Subcategoria 3: Justificativa

“[...] outras preocupações e novas exigências foram necessárias à configuração dos cursos de Psicologia no Brasil. (p.6)”

“Em consonância com essas transformações no cenário nacional, destaca-se a criação e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Psicologia, resolução nº 8 de 7 de maio de 2004[...]” (p.6)

“A referida Resolução foi revogada, em 2011, sendo substituída pela Resolução CNE/CES 5/2011, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Psicologia. (p.6)”

Subcategoria 4- Pesquisa e Extensão como foco



“Todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem pautar-se em ênfases curriculares [...]”. (p. 7).

“[...] foram criados grupos de pesquisa, fomentando implicação de docentes e discentes em programas de pós-graduação e de iniciação científica da UEPB.” (p.7)

“Todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem pautar-se em ênfases curriculares[...]. (p.7)”

Nas primeiras linhas a justificativa que construiu o Projeto há alusão explícita que essas mudanças são “exigências” no ensino superior brasileiro. Existe uma demarcação dos anos de 2004 e 2011 como uma linha temporal que indica e justifica a percepção e necessidade de acompanhar o desenvolvimento das recomendações das Diretrizes Nacionais para os cursos de Psicologia. É possível inferir e interpretar que o PPC segue fielmente o que as Diretrizes de 2004 e 2011 recomendam.

Pouco é referenciado que o contexto de produção de conteúdo do PPC de Psicologia acontece desde o ano de 2005 até o momento foi feito coletivamente.

Categoria 2: Ênfases

Houve modificações de áreas para ênfases. Por ênfases se entende como “um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da psicologia” (Art. 10, RESOLUÇÃO CNE/CES/5/2011, p. 4). Nesse sentido o PPC consta de quatro ênfases.

Subcategoria 1: Ênfases e suas caracterizações

“Saúde, Políticas Públicas e Qualidade de Vida [...]” (p.7)

“Desenvolvimento Humano e Processos Educativos” (p.9)

“Gestão com Pessoas, Processos Subjetivos e Intersubjetivos no Mundo do Trabalho”.(p.10)

“Políticas Públicas, Relações Comunitárias e Cidadania ” (p.12)

Infere-se que há correlações entre as novas ênfases com as áreas de formação já existentes no Curso: Clínica, Organizacional, Escolar e Social. Apesar das mudanças de nomenclatura, percebe-se ainda uma incompreensão conceitual entre o que é área e ênfase, isto é, na ênfase 1 com



sinalizações que correspondem a um **fazer clínico**; na ênfase 2, um **fazer pedagógico** e pouca intervenção nos contextos educacionais, na ênfase 3 permanece o foco nas **questões organizacionais** e nos **aspectos psicológicos que se apresentam na realização do trabalho**. Não é diferente na ênfase 4 que se enquadra na área social-comunitária.

Observa-se que no contexto de produção do PPC ainda parece apontar para a especialidade. Uma das possíveis contradições quando do seu contexto de produção os docentes foram agrupados ainda por áreas para uma nova concepção de ênfase, dificultando na própria dinâmica a compreensão do que seja um currículo generalista.

Categoria 3: Pressupostos teóricos

Subcategoria 1: Fundamentos norteadores do curso

“[...] Curso de Psicologia da UEPB foi vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, diferindo da maioria dos outros cursos de formação de psicólogo, em diversas localidades do Brasil.”. (p.13)

“[...] o Curso de Psicologia da UEPB foi se apropriando das características específicas de um trabalho na perspectiva da saúde, sem deixar de fora outras perspectivas tradicionais de atuação do psicólogo. (p.13)

“Atualmente a formação do psicólogo prioriza uma atuação voltada para as demandas sociais da população, com um caráter interdisciplinar”. (p.13)

“A proposta didático-pedagógica do curso orienta-se por princípios éticos (dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade) e políticos coerentes com a profissão que irão exercer”. (p.14)

Subcategoria 2: Fundamentos teórico-metodológicos

“O novo currículo do curso de Psicologia foi elaborado de modo a propiciar, aos alunos, experiências **interdisciplinares** a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. Contempla-se também a perspectiva **transdisciplinar**”. (p.15)

“[...] suas bases teóricas assentadas em diversas teorias, áreas de conhecimento, métodos e técnicas de pesquisa e intervenção que compõem a ciência psicológica [...] (p.15)

“[...] verificou-se uma inserção gradativa do psicólogo em diversos campos de atuação, contemplando os setores públicos e privados e construindo novas perspectivas de trabalho na educação, saúde, assistência social e organizações”. (p.15)



Ao descrever a categoria acima, não há uma escolha teórica específica do Currículo, mas opções teóricas facultadas as ênfases e a critério de quem propuser planos de trabalhos, isto é, sem “amarrações” com uma ou outra teoria de base.

Tomando como o aporte da Teoria Crítica de Currículo em que está assentado numa base conceitual indicativa da compreensão de educação como fenômeno intimamente relacionado com a sociedade, que convive com contradições, como também se constitui em “terreno” de luta, inferimos que a ascensão de temas políticos de análise, crítica e posicionamento do currículo (educação) frente à sociedade onde as instituições de ensino se inserem, tentam se contrapor aos temas técnicos da Teoria Tradicional.

Categoria 4: Metodologia

Subcategoria 1: Atores sociais

O processo de reforma curricular no Curso de Psicologia iniciou em 2005 e envolveu professores e discentes. (p.16)

Em assembleia departamental a maioria dos professores escolheu uma comissão curricular, com a função de coordenar os trabalhos relativos à elaboração do novo PPC. [...] todas as decisões sobre as mudanças curriculares deveriam ser discutidas pelo corpo docente e pela representação discente. (p.16)

[...]a escolha dos componentes curriculares do curso, com suas cargas horárias e os respectivos ementários, foram amplamente discutidas em reuniões departamentais e devidamente votadas, seguindo o critério de aprovação da maioria dos professores presentes nestas reuniões. (p.16)

Subcategoria 2: Documentos oficiais

[...] pode-se afirmar que o atual PPC foi elaborado a partir de discussões coletivas dos professores lotados no Departamento de Psicologia, fundamentando-se, prioritariamente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (2004; 2011), nas normas da UEPB e nas demandas locais e regionais de atuação do psicólogo. (p.16)



Ao descrever a metodologia, há uma preponderância dos docentes como os atores sociais mais envolvidos no processo de produção e construção do conteúdo do PPC, tanto do ponto de vista das reuniões deliberativas, quanto da eleição de uma comissão curricular para organização das discussões e decisões. Para orientar a estruturação metodológica do projeto pedagógico, é explícito que o lastro principal são os documentos oficiais que recomendam, norteiam as discussões, mas não as decisões. Infere-se que há uma evidência de conceitos adotados a partir das Diretrizes Nacionais.

Categoria 5: Eixos temáticos

Subcategoria 1: Eixos e objetivos

“Matrizes Epistemológicas e Históricas na Construção do Saber Psicológico”. (p.23)

“Teorias, Métodos, Técnicas e Estratégias do Conhecimento Psicológico”. (p.24)

“Processos de Investigação e Intervenção Psicológica”. (p.24)

“Processos Psicológicos e Interfaces com Campos afins do Conhecimento”. (p.24)

“Práticas Profissionais em Psicologia nos diferentes contextos Institucionais e Sociais”. (p.24)

Cada eixo estruturante se configura também por uma reprodução textual do que as DCNs propõem. Isso não indica necessariamente que não houve discussão dos eixos temáticos. Houve possivelmente, inclusive pelo tempo de construção e produção do conteúdo um debruçamento sobre os agrupamentos, componentes curriculares e eixos estruturantes propostos, como se explicita no discurso do PPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o contexto de produção do PPC de Psicologia da UEPB foi definido a partir das políticas curriculares nacionais e políticas internas da IES. Podendo-se interpretar e inferir que a produção do discurso do PPC trouxe no seu conteúdo manifesto pensamentos que referenciam dez anos de discussão no seu *corpus* discursivo, isto é, pode apresentar contradições na concepção de currículo ao materializar as enunciações textuais, evidenciando princípios de um currículo ora crítico, ora acrítico.



Nesse sentido, pode-se inferir que a participação de uma discussão e decisões coletivas foram protagonizadas maciçamente pelas vozes dos docentes e de poucos estudantes.

Pelas enunciações e segmentos discursivos, a concepção de processo de formação do psicólogo respondeu a uma demanda contemporânea de aproximação da ciência psicológica com várias bases teóricas, métodos e técnicas sem se apropriar de uma teoria de base quando da construção do PPC.

Entende-se que para a elaboração de uma proposta curricular se faz necessário um movimento permanente de discussão coletiva que congregue um maior número possível dos agentes envolvidos no processo. Acredita-se que na pluralidade de defesas e refutações de ideias do processo educativo há possibilidades de mudanças qualitativas que assegurem uma nova dinâmica do pensar a formação do psicólogo.

Nesse sentido, considera-se que no contexto de um processo de produção de um PPC dentro de uma comunidade epistêmica houve implicações na apropriação de conhecimentos de um pensar nem sempre pluralizado, isto é, em aspectos teóricos, históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos. Nem sempre implicou dialogicidade para entendê-lo, interpretá-lo, ver sua coerência frente à realidade histórica e ressignificá-lo. Para tanto, há de se defender a permanência concreta de uma dinâmica constante para referendar a unidade teoria e prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2002. p. 244-270.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1995.

BRASIL. Resolução nº 5 do CNE/CP, de 15 de março de 2011. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia**. Brasília: MEC, 2011.

_____. Parecer nº 062/04, CNE, de 19 de fevereiro de 2004. **Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Lei 9394/96, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: MEC, 1996.



MOREIRA, A.F.B. & SILVA, T.T. (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**.- São Paulo: Cortez, 1994

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico: Continuidade ou Transgressão para Acertar? In: CASTANHO, S., CASTANHO, M. E. L. M. (Orgs). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

UEPB. **Projeto Pedagógico de Curso do Bacharelado de Psicologia**. Campina Grande: UEPB, no prelo.

